

Quart'ética realizada em 16 de maio de 2007

Tema: Desafios da Ética: práticas psicológicas em regime de privação de liberdade

Palestrante: Psicóloga Elizabeth Paiva – CRP 05/4116

Boa noite. Eu agradeço aos colegas da Comissão de Ética do CRP pelo convite para participar dessa Quart'ética como expositora, já que eu sou reincidente, usando aqui um linguajar das instituições que tratam com a questão da restrição de liberdade, por ter sempre participado da platéia.

Esse tema, “Desafios da ética: práticas psicológicas em regimes de privação de liberdade”, me inquieta constantemente. Eu trabalho há nove anos numa unidade semi-aberta de adolescentes em conflito com a lei na Baixada Fluminense. Falar desse tema é falar da minha vida cotidiana, porém confesso que nos últimos dias fiquei com a maior dificuldade de sistematizar o que eu falaria para vocês.

Neste final de semana, estive relendo umas conferências reunidas em livro póstumo de um grande escritor italiano chamado Ítalo Calvino, que discorria então sobre seis qualidades que a literatura deveria preservar na virada do novo milênio, como forma de resistência ao empobrecimento da língua e a defesa do ofício de escrever. E aí ele escreve seis conferências sobre os temas: da leveza, da rapidez, da visibilidade, da multiplicidade, da exatidão e da consistência.

Ao terminar a leitura, indaguei-me se esses atributos também se aplicariam aos dispositivos que eu aciono na minha prática profissional na Baixada Fluminense junto aos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias.

O trabalho não é fácil. Nós convivemos numa unidade que tem vaga para 32 adolescentes, e que atualmente não está com superlotação, há cerca de 20 residentes, em semi-liberdade. Atendemos também os adolescentes em liberdade assistida, os que progrediram de regime. E também aqueles que estão prestando serviços à comunidade, que é uma medida sócio-educativa mais branda, ainda pouco utilizada para o conjunto de adolescentes em conflito com a lei.

Pois bem, dentre os seis temas, vou tentar explicar o que considero como **leveza** no trabalho, apesar de ser uma atividade muito dura e angustiante. Ao chegar à unidade, muitos adolescentes vêm de um longo período no regime fechado, onde se exigem gestos e atitudes como mãos para trás, olhar no chão, uso de roupas da instituição e falar somente quando indagados. Nessas instituições, o adolescente recebe

um número, perdendo sua identidade expressa pelo nome. Enfim, são as marcas do autoritarismo e marginalização compulsória da cidadania, tão presentes ainda nas instituições de execução penal e de medidas sócio-educativas.

Em nosso primeiro encontro com os adolescentes, fazemos uma entrevista sobre suas condições atuais e pregressas de saúde. Sobre a importância dessa abordagem, ilustro aqui com um episódio lamentável que acompanhei: quando comecei a trabalhar no DEGASE, recebi um garoto que ficou 24 horas na mão de policiais e que chegou ao CRIAM algemado; pedi-lhes que tirassem as algemas e percebi que o adolescente era extremamente gago. Ele havia sido preso no dia anterior por suposto envolvimento em roubo. Esse jovem de apenas 14 anos, extremamente gago, ficou na mão dos policiais militares 24 horas e foi entregue ao promotor que, ao perceber a dificuldade de se expressar, o enviou para o CRIAM “para ver se alguém acalma”.

À chegada dele, eu descrevi no prontuário os ferimentos que havia nos tornozelos e mãos, mas que não encontrava mais nada, a não ser o nervosismo. Quando conseguiu verbalizar o telefone de sua casa e eu liguei para a família, ele foi se acalmando. Seu pai me explicou que ele estudava regularmente, eu disse “bom, então ele pode inclusive voltar para a escola no outro dia e aguardar o Juizado chamá-lo para uma audiência”. Ele foi para a escola e não voltou. Não voltou porque foi hospitalizado, com diagnóstico de hepatite. O caso se agravou, e no CTI detectaram-se hemorragias internas e ele foi a óbito.

Antes de falecer, ele chamou o pai e disse que “eu não fui espancado no CRIAM, eu passei 24 horas sendo torturado pelos policiais militares”.

Estou relembrando esse triste episódio para ressaltar a importância de se fazer uma entrevista em que o primeiro olhar seja para as condições de saúde dos adolescentes (naquela época eu não tinha a noção do que era um sujeito ter sido torturado com toalhas molhadas). Esse menino morreu pelo silêncio. Pelo medo e pelo silêncio.

Então, em nosso primeiro encontro, fazemos uma entrevista sobre as condições atuais e pregressas de saúde, educação, contatos familiares e registramos toda a trajetória institucional, desde a sua apreensão, julgamento e ingresso no DEGASE. Nesse primeiro contato, ressaltamos que o jovem será chamado pelo seu próprio nome, poderá utilizar suas próprias roupas, olhar nos olhos dos funcionários, andar

naturalmente e falar sempre que desejar, tanto com os outros residentes quanto com os funcionários da unidade.

Quanto à **rapidez**, estabelecemos contato imediatamente com as famílias, que comparecem. Felizmente, o telefone celular foi a grande sacada para a Baixada, porque lá ninguém tinha telefone e hoje todo mundo tem um telefone celular. Se não tem da família, tem do vizinho, enfim. Ficou mais fácil a gente estabelecer contato com as famílias.

A princípio as famílias vêm ainda muito traumatizadas com as experiências vividas na unidade fechada, no regime fechado, onde são feitas práticas de revista vexatórias. A diferença de tratamento possibilita um comparecimento rápido do familiar, que vem com pai e mãe, e em geral acabam trazendo os outros familiares: avós, tios, tias, padrastos, madrastas, enfim. Os reencontros são marcados por trocas afetivas intensas, pontuadas de saudade, acanhamento e pedidos de desculpas. Muitas mães choram ao relembrar os episódios de revista a que foram submetidas no regime fechado. O encontro com os demais membros da família auxilia o processo de sensibilização do jovem para o cumprimento de medida sócio-educativa de semi-liberdade. São as visitas durante a semana, o retorno para casa nos finais de semana e o reingresso nas atividades estudantis que fortalecem a incorporação do estojo de identidade perdido nos pavilhões do regime fechado do DEGASE.

No trabalho individual e coletivo, tentamos dar o que eu chamo, ainda muito precariamente, de uma clínica de **visibilidade**. O que seria essa clínica de visibilidade? É tentar desconstruir, com os adolescentes, uma identidade de infrator que se instala no adolescente no momento em que ele é apreendido e que as instituições, na figura de seus agentes (agente de disciplina, aos policiais militares) reforçam. E provocar dispositivos que possam dar visibilidade à construção de uma identidade não-infratora buscando seus talentos, suas habilidades, seus desejos. Então, desenvolvemos algumas atividades de grupo, que eu chamo de “sessão pipoca”. O que a princípio começou como uma estratégia de reuni-los: “vamos fazer pipoca?”, inicialmente, era para comer pipoca e depois isso foi caminhando para pensar uma visibilidade, as potencialidades, as formas criativas e inventivas.

Quanto à **multiplicidade**, sempre me inquietou dentro do CRIAM a dificuldade de criar vínculos institucionais que pudessem ampliar as atividades dentro do CRIAM, além de abrir oportunidades de trabalho extra-muros; aí começava a discutir com amigos, outros profissionais que projetos poderiam ser desenvolvidos

procurando entrecruzar as atividades dos diferentes profissionais da unidade, e fora dela, deixando fluir os diferentes olhares para as questões relacionadas à produção da violência, restrições à liberdade do sujeito e sua interface nos procedimentos do sistema judiciário e as políticas públicas.

Trabalhamos com a intencionalidade de construir linhas de fuga, tema muito bem tratado pela colega Márcia Badaró, aqui presente, em seu artigo “LINHAS DE FUGA” que para mim foi muito importante, até para eu sistematizar. Na verdade, eu passei a construir “linhas libertárias”, já que, quando falamos de fuga, estamos impregnados da noção de culpa e coerção.

E esse é um espaço de luta, de faiscar constante entre o instituído e o instituinte. São encontros, então, que a gente tem feito com as ONGs, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, com os representantes do município e do estado, para que possam patrocinar alguns projetos dentro da unidade, porque os recursos destinados ao DEGASE são insuficientes. Incentivamos também a defensoria pública e promotoria, afinal o promotor é o fiscal da lei, para visitas, reuniões dentro do CRIAM. Isso tem sido uma experiência muito interessante, não só para os funcionários, mas a presença do promotor com relação aos garotos, pois eles também têm uma reunião com o promotor.

Quanto à **exatidão**, pode ser entendida nos relatórios que são produzidos nos prazos previstos e confeccionados junto com os adolescentes e lidos com seus familiares antes das audiências de reavaliação. Há uma preocupação ética de devolver as informações prestadas ao judiciário aos meus clientes, no caso, os adolescentes e famílias atendidas no CRIAM, rompendo assim com os aspectos persecutórios tão bem acirrados nos tribunais, em que você escreve para um terceiro sobre os seus clientes. Tal procedimento tem permitido um aprofundamento dos vínculos entre os adolescentes, seus familiares e os psicólogos envolvidos com os casos.

Quanto à **consistência**, ela pode ser verificada nas visitas dos egressos, momento em que voltam para visitar o CRIAM com seus filhos recém-nascidos, com suas companheiras, ou mesmo para resgatar cópias de seus documentos que por vezes são extraviados e continuam guardados em seus prontuários. Essa semana mesmo, segunda-feira, eu tive a grata visita de um dos que eu acompanhei até o final, e que voltou muito preocupado e me diz assim: “Dona Beth, é que no meu prontuário tem o meu alistamento militar. Eu, como andava com o alistamento militar no bolso, porque quando a polícia me pega eu já mostro que eu tô alistado, ele foi se desfazendo até que a

minha sobrinha lavou a minha bermuda, (...) Eu tenho certeza que você tirou uma xerox do meu alistamento”. Eu falei “bom, então vamos lá, vamos ver”. E realmente estava lá. Aí ele disse assim: “Eu vou pagar multa na Junta Militar, mas pelo menos eu tenho o número”. E aí a preocupação dele era o dia que ele ia se apresentar no exército.

Nem tudo são flores. As instituições de cumprimento de medidas sócio-educativas refletem ainda suas práticas muito mais para o controle e coerção da juventude do que as ações que fomentem a aplicação correta do que está preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente sobre as medidas sócio-educativas. No tocante ao posicionamento político-ético do psicólogo que trabalha junto às instituições, eu percebo que ele deve procurar sempre caminhos que fortaleçam a garantia de direitos, a dignidade, a liberdade e a cidadania.

Obrigada!